



PROPOSTA DE POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

PLANO DIRETOR
Biênio 2007 - 2008



Missão da CMDH

“Defender, proteger e promover os Direitos Humanos das pessoas, bem como fomentar a inserção dos Direitos Humanos nas políticas públicas do Município.”

Uma Palavra

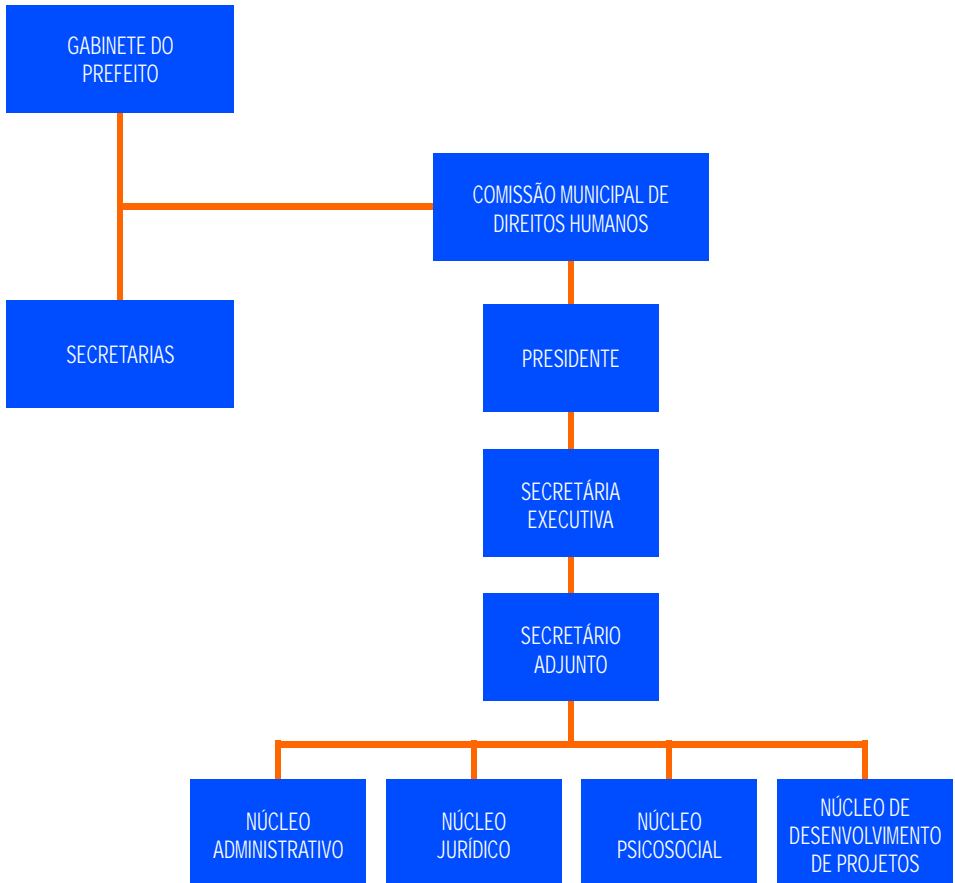
Abrimos esta publicação ressaltando o papel relevante desempenhado pela Comissão Municipal de Direitos Humanos na cidade de São Paulo, pelas atividades de atendimento, articulação, encaminhamento, conscientização, divulgação e pesquisa. A Comissão tem buscado abordar o tema direitos humanos de forma plural, ampliando a percepção que se tem sobre o tema. Busca a sensibilização para a prevenção, para o empoderamento das populações e da própria sociedade.

Lamentamos que a grande mídia trate os direitos humanos de forma parcial e sempre negativa, ignorando avanços e iniciativas dos governos e da sociedade civil, mas mesmo assim a CMDH vem colhendo frutos de um árduo trabalho, de uma equipe numericamente pequena, mas com enorme dedicação. Paralelamente celebramos os veículos de comunicação independentes que têm realizado trabalhos bem feitos e de conscientização e denúncia em prol da cidadania e dos direitos fundamentais da pessoa.

Diante dos enormes desafios em todas as esferas, temos que adotar uma atitude otimista e os resultados obtidos pela CMDH provam que a construção de uma sociedade e de políticas públicas que levem em conta os instrumentos de valorização dos direitos humanos e da cultura de paz já é uma realidade.

José Gregori
Presidente da Comissão Municipal de
Direitos Humanos de São Paulo

Organograma da CMDH



Os direitos humanos como política pública

No âmbito das políticas públicas a abordagem dos direitos humanos deve ser orientada a fim de que haja melhoria no acesso da população aos direitos fundamentais, ou seja, ao exercício da cidadania. Podemos ressaltar a importância dessas políticas públicas em comunidades carentes e marginalizadas, por serem consideradas as mais vulneráveis.

Em relação às atitudes sociais, estudos apontam que a exclusão social pode criar estereótipos, perfis raciais e desigualdades entre grupos étnicos, lingüísticos e religiosos, o que faz com que alguns cidadãos, por falta de conhecimento ou mesmo por se sentirem intimidados, deixem de participar das atividades ou ações provenientes dos direitos humanos.

Verifica-se, ainda, nas questões relacionadas às atitudes sociais, que parte da população desconhece seus direitos e se sente desprotegida, criando barreiras para o entendimento dos direitos humanos. Isso ocorre devido ao processo de interiorização da inferioridade - causa da destruição da auto-estima pessoal e coletiva, fazendo com que seja desenvolvido um trabalho exaustivo pelas instituições ligadas aos direitos humanos no que tange à informação e à conscientização, envolvendo ações preventivas e muitas vezes reparadoras.

A exclusão social tem sido um grande problema para os atuantes nessa área, pois faz com que grupos vulneráveis deixem de ter acesso aos seus direitos, por vários motivos, dentre eles, podemos citar como a falta de documentação dos imigrantes/migrantes na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, a CMDH considera imprescindível a criação de uma rede articulada e a parceria entre os órgãos públicos, ONGs e sociedade civil, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de projetos/ações que garantam a prevenção, a proteção e a defesa dos direitos humanos – o que muitas vezes requer mudanças de paradigma.

Trabalhar para disseminar e informar sobre os direitos humanos muitas vezes requer mudança de paradigmas. Neste sentido se deu a formulação do Planejamento Estratégico da CMDH, base para o Plano Diretor da instituição.

O Plano Diretor da CMDH foi desenvolvido sob a orientação de especialistas da Fundação Ford no ano de 2006, em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), visando a três grandes objetivos estratégicos, divididos em 15 estratégias e 42 ações a serem realizadas no biênio 2007/2008.

Aproveitamos a proposta de política de direitos humanos para abordar tema correlato, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), formulados em 2000 e que implicam em compromisso de todos os Estados Membros da ONU em atingir as metas até 2015. A nossa abordagem quanto aos ODM está diretamente relacionada com o Plano Diretor, tendo em vista que essas metas são trabalhadas nos projetos desenvolvidos pela CMDH.

Objetivo Estratégico I

Gestão da CMDH qualificada com ações consolidadas

Dentro desta esfera busca-se:

Construir o posicionamento da CMDH em relação às questões emblemáticas. Foram definidas as metas: linguagem comum entre a equipe e ações que auxiliem casos pontuais emergenciais de violação de direitos humanos. As ações neste sentido envolvem dinâmicas internas;

Realizar o monitoramento contínuo do Planejamento Estratégico, em busca do foco e priorização de temas. As metas estão diretamente ligadas à definição do foco, que será analisado visando ao quadro de parcerias, às ações individuais e ao monitoramento de novos temas. Para tanto serão feitas avaliações e definidos novos temas;

Desenvolver o processo de fortalecimento da equipe. As metas relacionam-se com a promoção, no âmbito da equipe, de formas de lidar com os conflitos, com o desempenho adequado de cada um, mantendo informações compartilhadas, organização com critérios e promovendo a reflexão conjunta. As ações envolvem aprimoramento da comunicação de equipe, a implantação de supervisão técnica, a divisão de tarefas, a realização de grupos de estudos mensais, bem como a comunicação interna;

Implementar o Planejamento Estratégico cuja meta é a avaliação periódica, com reuniões semestrais de monitoramento.

Objetivo Estratégico II

Fazer com que a população esteja mais ciente quanto aos Direitos Humanos e a seus direitos e deveres

Ter uma política efetiva de comunicação interna e externa da CMDH. As metas envolvem a adoção de uma política de comunicação interna e externa elaborada e aprovada pela equipe, que deverá se colocar adequadamente nas situações de crises externas; confeccionar folheto institucional; elaborar caderno sobre direitos humanos de circulação externa; articular espaços junto à mídia de grande circulação;

Desenvolver ações de formação em Direitos Humanos. As metas estão ligadas à organização de seminários anuais, oficinas, evento comemorativo referente ao aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos no dia 10/12, bem como elaboração e aprovação de um projeto de ação;

Possuir um eixo filosófico e teórico de Direitos Humanos consolidado e definido. As metas estão relacionadas à elaboração e aprovação de propostas e discussões de temas pela equipe, e ainda com supervisão técnica e institucional; com a equipe sendo capacitada constantemente;

Construir instrumentos com dados sistematizados sobre respeito/desrespeito aos Direitos Humanos, com metas de acordo com os cronogramas de cada projeto. As ações envolvem a atualização anual do SIM-DH, a implementação do projeto sobre exclusão/inclusão social da Urb-AL, a implementação do Projeto de Pesquisa de Educação em Direitos Humanos;

Aperfeiçoar a defesa dos direitos, garantida pelo atendimento direto à população. As metas direcionam-se à atualização, ao aperfeiçoamento permanente do banco de dados, à preservação da confidencialidade dos atendimentos, à discussão pela equipe dos casos registrados no Balcão de Atendimentos, além do desenvolvimento e implementação de plano de estágio.

Objetivo Estratégico III

Articulação de ações da CMDH junto a outros órgãos/entidades de Direitos Humanos para enfrentamento de violações de Direitos Humanos

Articular ações em conjunto com entidades e órgãos, a partir do atendimento da CMDH para enfrentamento de violações de Direitos Humanos. O objetivo é evitar duplicidade de ações e mesmo de controvérsias entre as entidades envolvidas, para isso serão discutidas e definidas estratégias de atendimento com entidades que atuam junto às vítimas atendidas na CMDH;

Integrar nas políticas públicas a temática de Direitos Humanos, em especial SMADS (Secretaria Municipal de Assistência Social), SME (Secretaria Municipal de Educação), SMT (Secretaria Municipal de Trabalho), SMS (Secretaria Municipal de Saúde) e SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação). As metas visam à inserção dos direitos humanos nos programas desenvolvidos pelo poder público, apresentação do Planejamento Estratégico para Secretaria e Coordenadorias e a realização de atividades em conjunto;

Realizar ações integradas com Coordenadorias e SEPED (Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida) para grupos vulneráveis. As metas estão ligadas à definição de prioridades e efetivação de ações em pelo menos três coordenadorias. Para isso devem ser verificadas as atividades dessas entidades e órgãos, com a CMDH propondo ações e encaminhando-as, além de promover a inclusão de outros temas de direitos humanos para grupos vulneráveis, com articulações junto a secretarias e coordenadorias objetivando a formulação de políticas públicas;

Fortalecer Fóruns de entidades já existentes no município, cujas metas devem estar ligadas aos cronogramas respectivos, sendo necessária uma pesquisa e seleção dos Fóruns, definir a representação da CMDH em cada, a participação efetiva nos Fóruns priorizados, bem como pautar neles os temas de direitos humanos e o posicionamento da CMDH;

Sensibilizar a Administração Pública Municipal na temática de direitos humanos, mediante a realização de oficinas nas subprefeituras de São Paulo que, de acordo os dados do SIM-DH, apresentam precária e baixa garantia;

Construir e implementar ações conjuntas com instituições como a SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República), SEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). As metas consistem na implementação das diretrizes nacionais no âmbito municipal, nesse sentido, estabeleceu-se que ao menos um convênio deverá ser firmado com órgãos do Poder Executivo Federal, sendo necessário o acompanhamento de discussões de políticas e diretrizes nacionais e convênios para projetos dessas três secretarias.

Promoção de Políticas Públicas

Concluído o ano de 2007 foi constatado que a CMDH atua em 32 frentes de trabalho, todas voltadas à promoção de políticas públicas, tendo como objetivo o empoderamento da população na temática dos direitos humanos.

Para que essa atuação se tornasse possível, a CMDH realizou parcerias, tanto com o Poder Público, como com a sociedade civil. As frentes de trabalho abaixo citadas promovem, defendem e resolvem os conflitos relativos aos direitos humanos. Nesse sentido, a CMDH instituiu relação de diálogo com alguns órgãos, para a atuação em sinergia, a fim de que os casos atendidos pelo Balcão de Atendimento sejam solucionados com celeridade e eficácia.

Parcerias da CMDH:

1 - Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM, implantado em novembro de 2005, em parceria com a SEDH, com a SMADS, e com entidade representante da sociedade civil.

2 - Central de Penas e Medidas Alternativas para Mulheres, trabalho pioneiro na cidade de São Paulo, no que se refere ao recorte de gênero. O atendimento às mulheres que necessitam prestar serviços é realizado na sede da CMDH. Este programa foi desenvolvido em parceria com Ministério da Justiça e Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

3 - Comitê Paulista de Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos. Presidido pelo titular da CMDH, o Comitê é secretariado por equipe da Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania. É formado por várias instituições públicas, por diversas ONGs e pela sociedade civil.

4 - SIM Direitos Humanos – Sistema Intraurbano de Monitoramento em DH. É uma importante ferramenta de análise, planejamento e gestão. Sistematiza informações referentes às 31 subprefeituras da cidade de São Paulo por meio de 32 indicadores de direitos humanos. Para a realização do SIM-DH foi contratada empresa que trabalhou os dados coletados de forma a apresentar os indicadores.

5 - Programa Ação Família – Viver em Comunidade. A CMDH atua como membro do Comitê Intersecretarial do programa, promovendo a formação dos técnicos e agentes de proteção, como também acompanhando a implantação dos Centros de Referência e da sua expansão nas 31 subprefeituras. Dentro dessa iniciativa a CMDH realizou a sensibilização de 212 agentes dos CRAFs de nove subprefeituras. Trata-se de parceria com a SMADS e outras 10 secretarias.

6 - Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra. Apresenta propostas de atendimento e levantamento de necessidades específicas, tendo como meta a implantação de políticas públicas de saúde para a população negra e outras minorias étnico-raciais. Conta com a parceria da SMPP e da SMS.

7 - Fórum Metropolitana de Segurança Pública. A cidade de São Paulo assumiu sua coordenação geral, pelo Grupo de Prevenção à Violência, que está a cargo do presidente da CMDH. A meta deste Fórum é a diminuição da violência na região metropolitana. A parceria se deu com o Instituto São Paulo Contra a Violência (ISPCV) e 39 Prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo.

8 - Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. A CMDH participa da elaboração do Plano Municipal de Ações Integradas, desmembrado em subcomissões: concessão de bolsa; jornada ampliada e emancipação das famílias (participa grupo integrado pela CMDH). Os parceiros neste caso são: a Corregedoria Geral da Justiça, a SMADS, a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, a SMS, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SMVMA), a Fundação Orsa, a Vara da Infância e Juventude e a SME. Busca contribuir para sensibilizar e mobilizar setores no governo e na sociedade civil em torno da problemática do trabalho infantil; além de sugerir procedimentos complementares ao Plano.

9 - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Coordenada pela SMADS é composta por membros de outras secretarias municipais, sociedade civil organizada, representante dos conselheiros tutelares, representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como representante da CMDH. Sua principal função é elaborar o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes e fortalecer ações para sua implantação.

10 - Rede de Parcerias. Encontra-se disponibilizada no Sistema de Atendimento de Casos (SAC). São realizadas reuniões de atualização da Rede, participação em Fóruns e construção da rede de Direitos Humanos e Cultura. A meta se constitui na formação da rede para encaminhamentos e protocolo de atendimento. Este trabalho é desenvolvido em parceria com a SMADS.

11 - Comissão Intersecretarial para políticas de atenção a Diversidade Racial e de Gênero. A CMDH visa à superação da discriminação racial e de gênero e conta com a parceria da SMT.

12 - Discussão de assuntos ligados a População Indígena (Educação, Saúde e Moradia). Envolve ações pontuais na Aldeia do Jaraguá e visita de manutenção do vínculo da CMDH com essa Aldeia. Os parceiros são a Aldeia Indígena do Jaraguá (Aldeia Tchoa Pyau), a Associação Amba Vera e Ceci Jaraguá.

13 - Comemoração do Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todo dia 10 de dezembro, a CMDH celebra o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 2007, essa comemoração contou com a Mostra Fotográfica – “Um Olhar em Direitos Humanos”, com coquetel de lançamento do Bosque dos Direitos Humanos, do Telecentro Temático em Direitos Humanos e do Curso de Conselheiros em Direitos Humanos, realizado no Espaço Cultural Sé da Caixa Econômica Federal. Como parte dessas comemorações foi realizada uma Missa do Padre Marcelo Rossi (8/12/07), com a participação do presidente da CMDH numa leitura da Declaração Universal de Direitos Humanos, para um público aproximado de 10 mil pessoas.

14 - Atendimentos de Casos em parceria com a Coordenadoria de Assistência das Diversidades Sexuais, com instalação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia, adesão por parte do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia ao Sistema de Atendimento de Casos (SAC) e atendimento jurídico e psicossocial. A parceria é com a SMPP.

15 - Curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança. Trata-se de curso desenvolvido no Brasil em parceria com o Ministério da Justiça, a Polícia Militar do Estado de São Paulo e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. É ministrado na Polícia Militar do Estado de São Paulo. A CMDH conseguiu articular parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com a Polícia Militar e com a Guarda Civil Metropolitana, com intuito de implantá-lo nesta corporação. Promovido em 2005, conseguiu formar 24 multiplicadores.

16 - Ações, Atendimento e Gestões Políticas. A CMDH buscou a parceria com Defensoria Pública Estadual e com a Defensoria Pública da União, objetivando dar maior celeridade e eficácia ao trabalho realizado pelo Balcão de Atendimentos.

17 - Curso Virtual “Educação a Distância para GCMs”, projeto montado, textos do primeiro módulo prontos em fase de aprovação visando à formação de GCM's. A parceria é com a Guarda Civil Metropolitana.

18 - I Prêmio Municipal de Direitos Humanos – Festival de Curta Metragens “Entretodos”. Realizado na semana de 13 a 20/05/07, resultou num acervo de aproximadamente 400 curtas, além da realização de mostra itinerante nas periferias de São Paulo, do prêmio “Mochileiro” pelo Brasil, bem como outras mostras especiais. Realizado em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

19 - Conselho de Monitoramento de Políticas para a População em Situação de Rua, que tem a meta de propor resoluções com foco no atendimento da população em situação de rua. Os parceiros são a SMADS, Moradores em situação de Rua e Secretarias afins.

20 - Grupo Intersecretarial para formação de uma política de atenção à população em situação de rua, com documento produzido e entregue aos secretários Municipais, projeto piloto sendo implantado na Mooca e preparação da publicação da portaria ou decreto. A meta é a realização de política pública para atenção à população em situação de rua. Parceria com a SMADS.

21 - Articulação e Proposição de Ações Integradas de Atenção aos Migrantes, Imigrantes e Refugiados. Realização de ciclo de palestras e anais do Seminário de Migrantes e Refugiados, no segundo semestre de 2006, com vistas a acompanhar e articular aprovação de Legislação Federal, bem como participar na formulação de políticas de inclusão do migrante. Essas ações integradas contam com a parceria entre as ONGs e instituições PAL (Presença da América Latina), Centro de Apoio ao Migrante e Cáritas / ACNUR, docentes de universidades, entre outros.

22 - Rede Ação pela Paz, que envolve encontros periódicos promovendo a sensibilização, palestras e encontros na UMAPAZ (Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz) tendo em vistas a valorização da cultura de Paz. Os parceiros são: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) / ALESP - Grupo de Negros e Políticas Públicas / SMS / SMVMA / Guarda Civil Metropolitana (GCM) / Instituto Sou da Paz / CEAT - CBT / UMAPAZ / Movimento Negro / Abacai / Abrine / AFALESP (Associação dos Funcionários. da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo) / Ass. Monte Azul / Palas Athena / Ass. Paulista Viva / CDHEP / Cedeca Paulo Freire CIC / Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz / CRAVI / Frente Humanista / INEEA / Instituto Roerich da Paz e Cultura do Brasil / IPAZ / Movimento das Vítimas da Violência pela Justiça e Paz / Movimento Reforma Brasil / Movimento das Vítimas da Violência pela Justiça e Paz / Movimento Reforma Brasil / Obra Social Dom Bosco / Aprendiz / Rede Agenda XXI / Rede Gandhi / Revista Neguz / RIMI / UEB.

23 - Penas Alternativas, que envolve a prestação de serviços de penas alternativas na CMDH e articulação com a SMVMA, que passou a ter estes serviços nos parques. A meta é auxiliar na promoção da Central de Penas e Medidas Alternativas. A parceria é com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

24 - Sensibilização dos Direitos Humanos, junto à Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana – CROPH. Os parceiros são a Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, ACAT e Subprefeituras.

25 - Observatório de Inclusão Social – Rede URBAL, com a meta de levantamento de dados de inclusão e exclusão social. Os parceiros são a Pré Regional, Secretaria Municipal de Relações Internacionais e a Conferência Municipal.

26 - Fórum da Violência Contra a Mulher, com a participação no Fórum Paulista de Atendimento da Violência Contra a Mulher, a construção da rede do protocolo de violência doméstica da zona sul e protocolo assinado em 9/08/07, após interlocução da CMDH junto à SMPP. A meta é fazer com que a Lei Maria da Penha seja respeitada na Cidade e o Protocolo seja implementado na Cidade de São Paulo. Os parceiros são: Procuradoria, Sociedade Civil Organizada e Rede Mulher.

27 - Controle Social e Participação Política de Direitos da Criança e do Adolescente. Estudo da conjuntura da Criança e do Adolescente na Cidade de São Paulo, envolvendo pesquisa em 18 Conselhos Tutelares do Município de São Paulo, orçamento Público e monitoramento da política pública de direitos da criança e do adolescente. A meta é a realização de seminários regionais para divulgação das atribuições dos Conselhos e Conselheiros Tutelares. Os parceiros são: o Instituto Pólis, CEDECA Sé e a Sociedade Civil Organizada.

28 - Seminário Internacional de Indicadores em Direitos Humanos. Realizado em junho de 2007 este seminário foi fruto de atividades anteriormente realizadas, que geraram publicações, participação em seminários interinstitucionais, reuniões científicas nacionais e fóruns do Mercosul. Contou com a participação de palestrantes de diversos países, como a África do Sul, Filipinas, Quênia, México, Equador, Peru, EUA, Índia, Suíça, Paraguai, entre outros. O evento atraiu 170 participantes e vai gerar uma publicação, que se encontra em fase de finalização, além de outros resultados a médio e longo prazo. Para a efetivação do seminário, foi firmada parceria entre CMDH, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), CNU (Conversando com as Nações Unidas), com o patrocínio da Fundação Ford.

29 - Termo de Cooperação Técnica entre a Comissão Municipal de Direitos Humanos e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Trata-se de documento a ser firmado entre as duas instituições, com intuito de fortalecer o atendimento recepcionado pela CMDH no Balcão de Atendimentos no que tange aos encaminhamentos e proposituras de ações. Além disso, envolve firmar parceria em grupos de estudos e desenvolvimento de projeto de Justiça Restaurativa a ser implantado na sede da CMDH, como projeto piloto na cidade de São Paulo.

Projetos da CMDH

A CMDH desenvolveu alguns projetos no ano de 2007, visando à sua implantação e desenvolvimento imediato, dentre eles destacamos:

I - Curso de Conselheiros em Direitos.

A CMDH instituiu o primeiro Curso de Conselheiros em Direitos Humanos, totalmente à distância, via internet, para capacitação e aprimoramento de servidores e conselheiros municipais no campo da gestão de Direitos Humanos.

Essa iniciativa teve como objetivo a formação de três mil servidores públicos municipais.

O curso foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria, com a Secretaria Municipal de Educação, com a Secretaria Municipal de Gestão, com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com a Secretaria Municipal de Saúde, com a Guarda Civil Metropolitana, com a Ouvidoria Geral do Município e com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

II - Telecentro Temático em Direitos Humanos.

A CMDH desenvolveu projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria para a instalação do primeiro telecentro temático da cidade de São Paulo, cujo pano de fundo são os direitos humanos. Este telecentro foi inaugurado no dia 10/12/07 e se encontra em funcionamento na sede da CMDH.

III - Bosque dos Direitos Humanos – Um Tributo à Vida.

Foram destinados para a criação do bosque dois hectares do Parque Anhanguera, onde circulam oito mil pessoas todo final de semana. A construção e a manutenção de espaço de lazer ao ar livre será feita por prestadores de serviços que cumprem penas alternativas. Esse projeto além de propiciar um espaço agradável às pessoas que ali freqüentam, visa a difundir o tema dos direitos humanos, valorização da cidadania, do meio ambiente e cultura da paz, já que esse espaço será formatado com esse viés.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Diversos relatórios e trabalhos estão sendo produzidos no sentido de verificar como são desenvolvidas, no Brasil e no mundo, as metodologias para que os países consigam atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esse trabalho inclui iniciativas locais em diversos pontos do país, inclusive as que envolvem estudantes de todos os níveis de ensino, que buscam mensurar, conscientizar, promover e implantar metodologias com intuito de combater a pobreza de forma efetiva.









Nesse sentido podemos ressaltar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Direitos Humanos, que desenvolve seus projetos e realiza suas ações sempre de forma a atingir os ODM.

Salientamos que apesar de se tratar de um programa que a ser analisado globalmente, muitas vezes os ODM podem e devem ser pautados de acordo com as necessidades, possibilidades e carências de cada localidade. Para isso, a CMDH conta com uma ferramenta específica, o SIM-DH (Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos), que permite monitorar o cumprimento e as violações de direitos humanos na região de cada subprefeitura da cidade de São Paulo.

Internacionalmente foram estabelecidos oito ODM, com 18 metas socioeconômicas em áreas como renda, educação, saúde infantil e materna, combate a doenças, saneamento, habitação, meio ambiente, igualdade de gêneros e parcerias pela sustentabilidade para concretizar esses objetivos.

Dessa forma, podemos elencar de maneira geral, alguns dos projetos trabalhados e parcerias formadas pela CMDH, que estão diretamente relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

Promoção de Políticas Públicas e os ODM

Promoção de políticas públicas	OBJETIVOS							
	 1	 2	 3	 4	 5	 6	 7	 8
PPCAAM		●		●		●		●
Central de Penas e Medidas Alternativas para Mulheres			●		●			●
Comitê Paulista de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos	●	●	●			●		●
SIM Direitos Humanos								●
Programa Ação Família – Viver em Comunidade		●		●	●		●	●
Sensibilização em Direitos Humanos	●		●	●		●	●	●
Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra	●			●	●			●
Fórum Metropolitano de Segurança								●
Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil	●	●		●				●
Rede de Parcerias					●		●	●
Comissão Intersecretarial para políticas de atenção a diversidade racial e de gênero	●		●		●	●		●
Discussão de assuntos ligados a População Indígena (Educação, Saúde e Moradia)	●		●	●	●	●	●	●

OBJETIVOS

Promoção de políticas públicas



Atendimentos de Casos em parceria com a Coordenadoria de Assistência das Diversidades Sexuais



Curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança GCM



Curso Virtual "Educação a Distância para GCMs"



I Prêmio Municipal de Direitos Humanos – Festival de Curta Metragem



Conselho de Monitoramento de Políticas para a População em Situação de Rua



Grupo Intersecretarial para formação de uma política de atenção à população em situação de rua



Projeto Inclusão Social Urbana / Nós do Centro



Oficinas de Direitos Humanos nas Subprefeituras



OBJETIVOS

Promoção de políticas públicas



Articulação e proposição de ações integradas de atenção aos Migrantes, Imigrantes e Refugiados



Rede Ação pela Paz



Penas Alternativas



Comissão Municipal de Enfrentamento à Exploração e Violência Sexual Infanto-Juvenil



Observatório de Inclusão Social – Rede URBAL



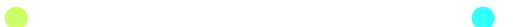
Fórum da Violência Contra a Mulher



Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos



Controle Social e Participação Política de Direitos da Criança e do Adolescente



Curso de Conselheiros em DH



Telecentro Temático em Direitos Humanos



Bosque dos Direitos Humanos – Um Tributo à vida



Sobre a Comissão Municipal de Direitos Humanos

Criada pela Lei 13.292, em seu artigo 238, publicada em 20 de dezembro de 2001.

A CMDH é constituída por Presidente, Secretária Executiva, Secretário Adjunto, Núcleo Jurídico, Núcleo Psicossocial, Núcleo de Desenvolvimento de Projetos e Núcleo Administrativo.

Sua missão é defender, proteger e promover os Direitos Humanos, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município.

Para a orientação e acompanhamento dos casos foi instituído um Balcão de Atendimento ao municípe.

A CMDH trabalha em equipe, onde todos os temas são debatidos e executados em conjunto, tanto nas políticas públicas, como nos projetos e realização de eventos.

BALCÃO DE ATENDIMENTO

O Balcão de Atendimento conta com trabalho multidisciplinar, onde os atendimentos são feitos em conjunto pelos núcleos jurídico e psicossocial.

Os casos são analisados pela equipe de forma individual, levando em consideração os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, de maneira que para cada um deles existe uma estratégia a ser seguida, uma análise ampla de qual seria o melhor encaminhamento.

O foco de atuação da CMDH, nos atendimentos do Balcão, está em orientar os municípes quanto aos seus direitos e quais as medidas cabíveis para que possam exercer com autonomia sua cidadania.

Desta forma a CMDH tem obtido resultados consideráveis, aprimorando sua capacidade de inserir os Direitos Humanos como pauta importante no contexto social e político do município de São Paulo

NÚCLEO PSICOSSOCIAL

Composto por psicóloga e assistente social, responsáveis pelo primeiro atendimento ao municípe, a fim de que se verifique o conteúdo da demanda e solucione as questões relativas à área psicossocial.

NÚCLEO JURÍDICO

Composto por advogados responsáveis pela orientação, análise e encaminhamento da matéria jurídica

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Constituído por técnicos voltados à elaboração de projetos de políticas públicas de direitos humanos no âmbito municipal.

Todos os Núcleos contam com a colaboração de estagiários.

Equipe da CMDH

José Gregori
Presidente

Célia Cristina Monteiro de Barros Whitaker
Secretária Executiva

José Luís Bernegossi
Secretário-executivo Adjunto

Ximena Isabel León Contrera
Assessora de Imprensa

Lígia Carvalhosa Xavier
Estagiária de Psicologia

Cintha Andrade de Paiva Gonçalves
Assessora Técnica

Maria Cecília Silva Leal
Estagiária de Relações Internacionais

Elza Maria da Silva
Secretária

Fernando Moragas
Estagiário de Psicologia

Walter Forster Júnior
Coordenador

Francisco Carvalho de Brito Cruz
Estagiário de Direito

Sandra Batista Penteado
Assessora Jurídica

Marlene da Silva Conceição
Estagiária de Serviço Social

Marieta Judith Geocze
Psicóloga

Obedes Ramos Silva de Souza
Estagiário de Serviço Social

Davidson Eduardo das Chagas
Assessor Técnico

Renata Cilene Martins
Estagiária de Comunicação

Bethânia Suano Rezende de Carvalho
Assessora Técnica

Carlos Eduardo Schad
Estagiário de Administração de Empresas

Ester Fátima Vargem
Assistente Técnico da CMDH-SP

Cintha Leandro Tavares Pereira
Estagiária de Psicologia

Cassio Rogério D. Lemos Figueiredo
Assessor da CMDH

Rafael Rodrigues Pollonio
Estagiário de Administração de Empresas

José Antonio Rodriguez Corton
Assistente Administrativo

Rafael Sampaio Andery
Estagiário de Direito

Tatiane Pereira
Assistente Administrativa

Veruska Kissia Santos Amorim
Estagiária de Secretariado

Álvaro José do Nascimento
Auxiliar de Gabinete

José Nilson Dias Santana
Motorista

Lucy Maria Bernardo
Auxiliar de Gabinete

Roberto Barreto Lopes
Motorista

Equipe do Telecentro temático em DH

Anne Marie Bulhões Pedreira Genevois
Supervisora de Unidade do Telecentro Direitos Humanos

Rodrigo Medeiros de Souza
Orientador - Responsável pelo treinamento dos usuários do projeto Telecentros

Texto

Ximena Isabel León Contrera
José Luís Bernegossi

Projeto Gráfico
José Paulo Prado
Arte-final

Reinaldo Euquério Diniz

CMDH - Comissão Municipal de Direitos Humanos
Pátio do Colégio, 5 – Centro – São Paulo – SP
CEP 01016-040 - Fone/Fax: 11 3106-0030 / 0800-7701445
e-mail: cmdh@prefeitura.sp.gov.br ou pelo site <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/cmdh>